

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**



Atena
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**



Atena
Editora

Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Fernando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federacl do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andreza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa

Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atilio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: desafios metodológicos e resultados empíricos / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-156-2

DOI 10.22533/at.ed.562211406

1. Ciências sociais. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: Desafios metodológicos e resultados empíricos”. Com temáticas relevantes em relação a área de Ciências Sociais, são apresentados ao todo vinte e seis artigos organizados em seis principais temáticas.

Os artigos possibilitam o acesso a análises que objetivam reconhecer metodologias de pesquisas e de ensino, além de aproximações e aprofundamentos analíticos voltados para as áreas de educação, relações comerciais e de mercado, manifestações culturais e midiáticas, relações estabelecidas entre religião e política, tecnologia e impactos na vida cotidiana e por fim meio ambiente e contextos rurais.

Nos artigos em que são tratados os processos educacionais e de ensino, são realizadas análises e reflexões sobre metodologias e processos de gestão.

As relações comerciais e de mercado são pautadas com pesquisas voltadas para a análise dos impactos da pandemia, relações jurídicas e governança corporativa, enquanto as manifestações culturais foram pesquisadas a partir do reconhecimento do impacto e da interferência da mídia nas relações sociais contemporâneas.

As pesquisas com temáticas voltadas para a religião, possibilitam reflexões e análises com a questão política e relações sociais permeadas por modelos e posicionamentos diante dos processos de exclusão e desigualdades existentes.

As possibilidades de interação e inclusão são pautadas nas pesquisas que tratam da tecnologia enquanto ferramentas estratégicas para resolução de questões postas para pessoas com deficiência, entre as diferentes gerações e também nas relações empresariais.

Por fim, o meio ambiente é contemplado em pesquisas que relacionam a temática com o patrimônio cultural, unidades de conservação e gestão de cobertura vegetal.

Com temática contemporânea e relevante, espera-se com os artigos apresentados neste e-book a socialização de pesquisas realizadas, bem como, a contribuição para realização de novos questionamentos e análises das temáticas a partir de diferentes perspectivas teóricas.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

METODOLOGIA QUALITATIVA E QUANTITATIVA: PERSPECTIVAS CONVERGENTES NA PESQUISA EMPÍRICA

Francisco Mesquita de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5622114061

CAPÍTULO 2..... 12

METODOLOGIAS DE ENSINO EM CONTABILIDADE: PERCEÇÃO DE DISCENTES BRASILEIROS E ANGOLANOS

Kuama Berline Manuel

Antônio Carlos Ribeiro da Silva

Thayse Santos da Cruz

José Venâncio Ferreira Neto

Erisson Souza Barreto da Cruz

DOI 10.22533/at.ed.5622114062

CAPÍTULO 3..... 28

GRAU DE ALFABETIZAÇÃO FINANCEIRA EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Fabrizio Meller da Silva

Natália Ferraz de Araújo

Taynara Maria Johann Batista

Vanderlei da Silva Sampaio

DOI 10.22533/at.ed.5622114063

CAPÍTULO 4..... 48

O EFEITO DA REPETIÇÃO DE TAREFA NA PRODUÇÃO ORAL EM PORTUGUÊS COMO SEGUNDA LÍNGUA

Benedita Maria do Socorro Campos de Sousa

DOI 10.22533/at.ed.5622114064

CAPÍTULO 5..... 66

APLICAÇÃO DA GESTÃO ESTRATÉGICA NO CONTEXTO DAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Marcos Vinícius Mendonça Andrade

Ana Rosa dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.5622114065

CAPÍTULO 6..... 81

COVID-19: IMPACTOS NAS VENDAS DE PRODUTOS DE GIRO RÁPIDO NO ANO DE 2020 DURANTE A PANDEMIA

José de Figueiredo Belém

Daniel de Melo Moraes

Greice Kally Oliveira Batista

Cícera Vanessa Lins Ferreira

Cícero Alessandro Brito Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.5622114066

CAPÍTULO 7	94
O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES, DO ESTADO E DO MERCADO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA CAPITALISTA NO ESTADO DO PARÁ: UMA BREVE ANÁLISE	
André Cutrim Carvalho Pere Petit	
DOI 10.22533/at.ed.5622114067	
CAPÍTULO 8	107
PLANO DE NEGÓCIOS - NUTRI & <i>FOOD</i>	
Rafaela de Oliveira Melo Salgado de Sabóia Antônio Carlos Magalhães da Silva José Antônio Menezes Varanda Maisa Sandra de Sá Bezerra	
DOI 10.22533/at.ed.5622114068	
CAPÍTULO 9	121
CONVERGÊNCIAS ENTRE GESTÃO PÚBLICA, ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E TEORIAS SOBRE AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: O CASE TÁXIGOV	
Elson Cedro Mira	
DOI 10.22533/at.ed.5622114069	
CAPÍTULO 10	138
RELAÇÃO JURÍDICA E RELAÇÃO ECONÔMICA: UM PONTO DE CONTATO EM HOBBS	
João Pedro Lopes Fernandes Matheus Correa de Sousa Heleno	
DOI 10.22533/at.ed.56221140610	
CAPÍTULO 11	155
RENTABILIDADE DAS EMPRESAS LISTADAS NO NÍVEL 2 DE GOVERNANÇA CORPORATIVA NA BM&FBOVESPA	
Andressa Bender André Luiz Comunelo	
DOI 10.22533/at.ed.56221140611	
CAPÍTULO 12	170
AS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS EM UM CENÁRIO DOMINADO PELA MIDIATIZAÇÃO: O MOVIMENTO FEIRA COLETIVO CULTURAL	
Daniela Costa Ribeiro Fabiola Barbosa Pinheiro	
DOI 10.22533/at.ed.56221140612	
CAPÍTULO 13	181
A JUVENTUDE CRIMINOSA: UMA PERSPECTIVA MIDIÁTICA	
Amanda Santos Nogueira Maria Gorett Freire Vitiello Tales Leon Biazão Sanches Vera Lucia Tieko Suguihiro	

Eliza Adriana Sheuer Nantes
DOI 10.22533/at.ed.56221140613

CAPÍTULO 14..... 188

DOM ADRIANO – O BISPO COMUNISTA
Adriana Bastos Kronemberger
DOI 10.22533/at.ed.56221140614

CAPÍTULO 15..... 196

RELIGIÕES POPULARES E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: INTERFACES ENTRE
CONCEPÇÕES MÁGICAS E SECULARES
Rodrigo Marques Leistner
DOI 10.22533/at.ed.56221140615

CAPÍTULO 16..... 212

A ICONOGRAFIA DA SANTÍSSIMA TRINDADE
Christiane Meier
DOI 10.22533/at.ed.56221140616

CAPÍTULO 17..... 228

PRODUÇÃO DE DISPOSITIVOS PARA AUXILIAR PORTADORES DE DEFICIÊNCIA NOS
MEMBROS SUPERIORES NA UTILIZAÇÃO DE APARELHOS ELETRÔNICOS COMO
CELULARES E SMARTPHONES
Luisa Gmach Taffarel
Nathália Magalhães Gonçalves
Cornélio Schwambach
DOI 10.22533/at.ed.56221140617

CAPÍTULO 18..... 238

INTERAÇÕES TEMPORAIS NA ERA DA CONVERGÊNCIA: PERSPECTIVAS DAS
GERAÇÕES Y E Z NAS REDES SOCIAIS DIGITAIS
Moisés Cardoso
Álvaro Nunes Larangeira
Alexandre Artur Kumm
DOI 10.22533/at.ed.56221140618

CAPÍTULO 19..... 255

MARKETING DIGITAL - ESTRATÉGIA COMPETITIVA DENTRO DAS ORGANIZAÇÕES:
UM ESTUDO DE CASO EM UMA REDE EMPRESARIAL NA REGIÃO DO CARIRI, CE
Francisco Wagner Alves da Silva
Márcia Maria Leite Lima
Pedro Ferreira de Lima
DOI 10.22533/at.ed.56221140619

CAPÍTULO 20..... 269

EMISSIONES DE GASES EFEITO ESTUFA NA PRODUÇÃO DE *COFFEA CANEPHORA*
Nilmar Diogo dos Reis
Fúlvio Antas Gibello

Jaqueline Severino da Costa
Luiz Gonzaga de Castro de Junior
Renato Elias Fontes
André Luís Machado

DOI 10.22533/at.ed.56221140620

CAPÍTULO 21.....287

PAISAGEM CULTURAL: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO

Clodomir Barros Pereira Junior
Sandra Millicent Xavier Alves
Ingrid Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.56221140621

CAPÍTULO 22.....299

**IDENTIFICAÇÃO DA FRAGILIDADE AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO
COMO SUPORTE AO PLANEJAMENTO, GESTÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA UNIDADE:
ESTUDO DE CASO DO PARQUE NACIONAL DOS CAMPOS GERAIS**

Ronaldo Ferreira Maganhotto
Letícia Silva de Moraes
Marciel Lohmann
Jairo de Oliveira Calderari Junior
Luiz Claudio de Paula Souza
Diogo Luders Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.56221140622

CAPÍTULO 23.....313

**IMPACTO GERADO PELA ADOÇÃO DA CERTIFICAÇÃO FAIRTRADE PARA
PRODUTORES DE CAFÉ: UMA ANÁLISE SOBRE A ÓTICA ECONÔMICA E SOCIAL**

Nilmar Diogo dos Reis
Marina de Barros
Luiz Gonzaga de Castro de Junior
Antonio Carlos
Jaqueline Severino da Costa

DOI 10.22533/at.ed.56221140623

CAPÍTULO 24.....330

INVISIBILIDADE DO QUE É VISIVEL NOS CONTEXTOS RURAIS

Laércio de Souza
Lucia Helena de Souza Martins
Valmor Schiochet
Luciano Félix Florit

DOI 10.22533/at.ed.56221140624

CAPÍTULO 25.....343

**PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO PARA UM PRODUTO DA LINHA DE MUDAS DE
FLORES**

Ana Carolina Althaus Bittencourt
Elian Mokfa Braciak

Bruna de Picoli
Rafaela Morgan
Luciane Fátima Nardi
Alaércio de Paris
Olivan Borges Greiner
Luciana Maria Bernstein Pavan
Rosângela Marcia Weippert
DOI 10.22533/at.ed.56221140625

CAPÍTULO 26.....355

AGENDAS PESSOAIS ENQUANTO EGODOCUMENTO: A REFLEXÃO ÍNTIMA NO ACERVO DA DR^a. GILBERTA BENSABATH

Augusto César Luiz Britto
Ana Paula Silva de Souza
Analaura Corradi

DOI 10.22533/at.ed.56221140626

SOBRE A ORGANIZADORA.....363

ÍNDICE REMISSIVO.....364

CAPÍTULO 9

CONVERGÊNCIAS ENTRE GESTÃO PÚBLICA, ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E TEORIAS SOBRE AS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS: O CASE TÁXIGOV

Data de aceite: 01/06/2021

Data de submissão: 10/04/2021

Elson Cedro Mira

Professor Titular do Departamento de
Economia da Universidade Estadual de Santa
Cruz (UESC)
Ilhéus-Bahia
<http://lattes.cnpq.br/8477370107109017>

RESUMO: Este *paper* analisa as possibilidades do sistema de transporte de servidores públicos federais por meio de agenciamento de táxis, TáxiGov, convergir para as teorias sobre as sociedades contemporâneas e a teoria das Estruturas de Governança, compreendendo um exemplo de boa gestão no “pesado”, lento e burocrático Estado brasileiro. A partir de pesquisas bibliográficas e documentais, considerando os fundamentos e resultados do *case* e sua relação com as teorias apresentadas, concluiu-se que há convergência total entre o TáxiGov e as teorias pós-industriais de Bell (1973), Castells (1999) e Rifkin (2000), bem como a teoria das Estruturas de Governança de Williamson.

PALAVRAS - CHAVE: Custos de transação; Estado; Sociedade pós-industrial; TáxiGov.

CONVERGING AMONG PUBLIC MANAGEMENT, GOVERNANCE STRUCTURES, AND THEORIES ABOUT CONTEMPORARY SOCIETIES: THE CASE OF TÁXIGOV

ABSTRACT: This paper analyses the possibilities of the federal public servers' transportation system, TáxiGov, to converge into the theories about contemporary societies and the theory of Governance Structure, as an example of good management in the “heavy”, slow, and bureaucratic Brazilian State context. From this bibliographical and documental research, considering fundamentals and results, and their relationship with the mentioned theories, it was concluded that there is a total converging among TáxiGov and the post-industrial theories of Bell (1973), Castells (1999) and Rifkin (2000), as well as the Williamson's Governance Structure theory.

KEYWORDS: Transactions costs; State; Post-Industrial Society; TáxiGov.

1 | INTRODUÇÃO

Historicamente o Estado brasileiro sempre foi reconhecido como lento, burocrático e prestador de um serviço com baixa qualidade. Características presentes, também, em seus processos internos, acometidos por um enorme *delay* na adoção de práticas e tecnologias já consolidadas no setor privado.

Mas desde alguns anos é possível verificar como a adoção de políticas públicas tenta reverter este cenário. Inspiradas em

práticas do setor privado, sugerem uma convergência à própria forma como a sociedade contemporânea se conforma, neste período denominado como “Pós-Industrial” pela Teoria Social, e a opção por Estruturas de Governança mais adequadas, especialmente a híbrida, para determinados casos. O case TáxiGov – sistema inovador de deslocamento dos funcionários públicos federais em exercício no Distrito Federal – é sugestivo de tais convergências.

Na primeira fase do TáxiGov, período aqui analisado, o uso de veículo público próprio ou alugado foi substituído por táxi. Neste sentido, estabelece-se como problema de pesquisa avaliar se o TáxiGov é uma prática convergente à sociedade contemporânea e à teoria das estruturas de governança. Como objetivos, define-se: i. Contextualizar o Estado brasileiro como prestador ineficiente de serviço, seus determinantes e experiências recentes de modernização; ii. Apresentar as principais teorias sobre as sociedades contemporâneas e a teoria sobre Estruturas de Governança; iii. Identificar convergências do TáxiGov às principais teorias sobre as sociedades contemporâneas e a teoria sobre as estruturas de governança. Como referenciais teóricos, elenca-se: Bell (1973), Castells (1999), e Rifkin (2000), para o primeiro caso, inclusive priorizando o uso de seus originais pela importância de cada um; e a Teoria das Estruturas de Governança de Oliver Williamson. Utilizam-se os métodos bibliográfico e documental.

Além desta Introdução, das Conclusões e das Referências, o paper tem outras três seções. Aquela de número “2.”, imediatamente a seguir, contextualiza a ineficiência do Estado brasileiro. Ela é sucedida pela seção de número “3.”, onde são apresentadas as teorias referenciais à presente pesquisa. Após, a seção de número “4.” contem a pesquisa *per se*, ao buscar os paralelos entre o TáxiGov e as teorias.

2 | CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESTADO BRASILEIRO

O Estado brasileiro tem uma trajetória de provimento deficiente de serviços. Uma antiga incapacidade de se implantar a burocracia nos moldes weberianos analisada na contemporaneidade, principalmente, sob a abordagem gerencial: “o desafio inerente é o de que o Estado adote práticas gerenciais inspiradas na iniciativa privada, modernas e eficazes, sem se deixar distanciar de sua função e prerrogativas públicas” (BERNARDES, FERREIRA, e GREGO, 2017).

A má qualidade na prestação de serviços culmina numa estrutura “pesada”, mesmo após tentativas de mudanças, como a instituição, em 1979, do Programa Nacional de Desburocratização e seu Ministro Extraordinário.

Já nos anos 1990 o Estado brasileiro experimentou as mudanças liberais de Collor e Fernando Henrique Cardoso. Este último, amparado na estabilização de preços com o Plano Real, criou o então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Ainda buscando a qualificação e melhoria dos serviços públicos, em 2017 o Ministério do

Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MPDG) criou, em sua estrutura, a Secretaria de Gestão com foco na inovação, modernização e aperfeiçoamento da gestão pública.

Muito recentemente, no bojo da reforma ministerial empreendida pelo Governo Bolsonaro em 2019, foi criada a “Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital”, integrante da estrutura básica do, então criado, Ministério da Economia. A referida Secretaria Especial é composta por três Secretarias: A Secretaria de Gestão; A Secretaria de Governo Digital; e a Secretaria de Gestão de Desempenho de Pessoal (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

A reforma ministerial de 2019 – estabelecida em 18 de junho de 2019, com a Lei Nº 13.844 – foi ampla e buscou a modernização do Estado brasileiro. Estabeleceu a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, reduzidos de 29 para 16 (BRASIL, 2019). Dentre as críticas tecidas estão a extinção do Ministério do Trabalho e a criação de um “super” Ministério da Economia, reunindo atribuições dos extintos ministérios da Fazenda, do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, e do Trabalho.

Tais mudanças refletem o entendimento quanto “a desburocratização do serviço público e a simplificação do acesso de pessoas e empresas aos seus direitos junto à esfera pública são objetivos permanentes de todos [os] governos” (GAETANI, 2016 apud FARIAS, 2016, p. ix). Fato foi recrudescido nas últimas décadas com o consistente desenvolvimento tecnológico. Afinal, “as transformações econômicas, sociais e tecnológicas pelas quais passam os mais variados países do mundo possuem um denominador comum: a pressão para que o Estado sirva à população de forma eficiente, efetiva e abrangente” (IBIDEM).

A sociedade vem pressionando governos a inovarem na prestação de serviços, sobretudo diante de experiências trazidas pelo setor privado cujas oportunidades tornam possível demandar diversos serviços, como bancários, comerciais, etc., com a comodidade de utilizar tecnologias *mobile*. Não à toa

O uso de dispositivos móveis pela população brasileira tem se intensificado nos últimos anos [...]. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2015 (BRASIL, 2016), 92,1% dos domicílios brasileiros acessaram a internet por meio do telefone celular, enquanto 70,1% dos domicílios o fizeram por meio do microcomputador. Os dados da Pnad 2015 também demonstram que o percentual de pessoas que acessaram a internet alcançou 57,5% da população de 10 anos ou mais de idade, o que corresponde a 102,1 milhões de pessoas (LARA, RODRIGUES e GOSLING, 2017, p. 2).

Este contexto presente em todo o mundo ganha contornos especiais no Estado brasileiro, onde “...é possível acompanhar, ao longo de nossa história, o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal” (SILVEIRA, 2007, apud ROCHA NETO, 2008, p. 211). Este contexto ganha mais relevância com a excessiva burocracia.

Conformando, assim, um Estado cuja existência “...vem fragilizando sua legitimidade e existência jurídica, pela incapacidade em responder de forma eficaz às demandas sociais, e pela não eficiência nos serviços públicos” (MANAF e SILVA, 2017, p. 171).

Neste campo fértil têm sido envidados esforços visando à inovação no âmbito estatal.

3 I REFERENCIAIS TEÓRICOS POSSÍVEIS DE FUNDAMENTAR PRÁTICAS CONTEMPORÂNEAS NA GESTÃO PÚBLICA BRASILEIRA

A Teoria Econômica e a Teoria Social contêm importantes referenciais ao desenvolvimento de novas práticas na gestão pública, sem prejuízo daquelas apresentadas em outros campos, como a Administração Pública.

No âmbito da Teoria Econômica esta pesquisa escolheu a Teoria sobre as Estruturas de Governança de Oliver Williamson, baseada na Teoria dos Custos de Transação de Ronald Coase. Já na Teoria Social utilizam-se aqui, como referencial, teorias sobre as sociedades contemporâneas.

3.1 Teoria sobre as estruturas de governança

Os manuais ortodoxos de Economia consideram o “mercado” como único ambiente onde as trocas econômicas ocorrem. Não à toa, o estabelecimento das escolas neoclássica e marginalista como seu *mainstream* recrudescer na os estudos sobre o mercado, deslocando-a do seio das ciências sociais.

Este foco no mercado, inclusive, levou as Escolas de Economia a relegarem categorias de análise importantes da economia real. Ménard, Nunes e Silva (2014, p. 13) imergem neste debate exemplificando a partir da “firma” e do “consumidor”. Dentre os autores citados por eles, Ronald Coase ganha destaque ao demonstrar “a razão pela qual existem firmas, o que determina o número de firmas, bem como quais insumos e produtos são processados, são questões que não interessa, à maioria dos economistas”. Analisar tais organizações ficou a cargo dos profissionais de áreas como gestão e Sociologia (IBIDEM).

Coase (1937) é considerado o trabalho seminal sobre a existência de alternativas ao mercado para que as trocas econômicas ocorram. Analisando-as, o autor identifica o mercado, apenas, como uma das três opções à realização de trocas econômicas. A base de sua argumentação são os custos de transação: “...gastos incorridos pelos agentes econômicos sempre que recorrem ao mercado, isto é, são os custos de negociar, redigir contratos e garantir seu cumprimento” (KON, 2017, p. 110).

Ao reconhecer a existência de custos sem relação direta com a produção, Coase (1937) estabelece contraponto relevante à ortodoxia econômica cujos estudos restringem-se aos custos de produção. A forma como se recorre aos ativos relacionados a custos de transação vai definir a existência de firmas. Isto é, “se os mercados são eficientes e se

os custos de transação são desprezíveis, não há razão para a firma existir. As atividades econômicas seriam organizadas dentro de pequenas unidades que se coordenam por meio de mercados e contratos” (MÉNARD, NUNES E SILVA, 2014, p. 21).

Assim, o conceito da firma ganha uma amplitude muito além daquela organização que “...adquire insumos e os combina para produzir produtos” (MÉNARD, NUNES E SILVA, 2014, p. 21), como prega o *mainstream* econômico. Na perspectiva inaugurada por Coase, “...a firma moderna é visualizada como um conjunto de contratos entre agentes especializados que trocarão informações e serviços ente si de modo a produzir um bem final” (KON, 2017, p. 112).

Em determinados casos se demanda fora da firma os ativos relacionados a custos de transação. Independente da opção, há todo um arcabouço institucional específico a cada sociedade a balizar tais relações. Assim,

“...a chave da questão do funcionamento do sistema econômico – e, portanto, também do seu desenvolvimento – está na interdependência das atividades sociais, e no estudo de *como essa interdependência pode favorecer a cooperação e reduzir os possíveis conflitos*” (FIANI, 2011, p. 83).

Deste contexto surgem três tipos gerais de ambientes onde as trocas econômicas ocorrem. Isto é, “...diferentes tipos de estruturas institucionais para se organizar as transações no sistema econômico, das quais o mercado é apenas uma delas. Essas estruturas institucionais são chamadas de estruturas de governança” (FIANI, 2011, p. 84). São elas: o mercado; a hierarquia; e o tipo híbrido.

Além do mercado, velho conhecido, a hierarquia corresponde a internalização do ativo pela firma e a governança híbrida incorpora “...elementos característicos do mercado e das estruturas hierárquicas” (FIANI, 2011, p. 103). Na hibridez a firma não internaliza o ativo, mas não fica a mercê do mercado: estabelece uma relação duradoura com outra organização responsável por lhe ofertar aquele ativo, existindo, aí, “...uma combinação entre controles administrativos e incentivos...” (IBIDEM).

Os agentes econômicos analisam as três estruturas possíveis para escolher qual a forma ideal para cada custo de transação. Sobre a magnitude dos custos, as “...firmas [isto, é, as opções pela hierarquia] crescerão enquanto for mais barato racionalizar os custos de transação de um determinado produto internamente do que adquiri-lo diretamente no mercado” (KON, 2017, p. 112).

Outro determinante à escolha é a especificidade do ativo.

Quando a especificidade do ativo é baixa, os custos de realoca-los também são baixos, tornando mais fácil para a firma adequar-se por meio da troca enquanto se beneficia dos incentivos poderosos que os mercados oferecem. No entanto, quando aumenta a especificidade dos ativos, intensifica-se a dependência; a mobilidade dos ativos torna-se cada vez mais difícil, e o risco do comportamento oportunista, cada vez mais ameaçador (MÉNARD, NUNES E SILVA, 2014, p. 27).

A figura 1 projeta um modelo decisório baseado nestes dois fundamentos.

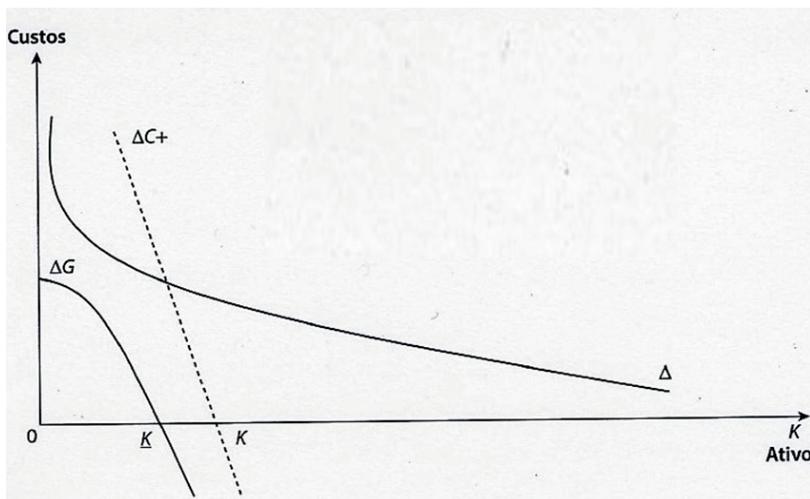


FIGURA 1 – A troca entre os três modos fundamentais de organização

FONTE: Williamson (1996, p. 108) apud Ménard, Nunes e Silva (2014, p. 30).

Fiani (2011, p. 104), desenvolve os argumentos abaixo como definidores da escolha, baseado na especificidade dos ativos e na frequência das transações.

- **Estrutura de governança de Mercado:** "...a menos especializada – pois dá conta de um grande numero de transações indiferentemente –, ela é adequada para transações com ativos não específicos, independente da frequência";
- **Estrutura de governança hierárquica:** recomendadas "somente no caso de ativos de elevado grau de especificidade e transações recorrentes [...], com seu custo burocrático mais elevado".
- **Estrutura de governança híbrida:** "podem ser interessantes para transações envolvendo ativos com grau moderado de especificidade, independente de sua assiduidade; ou mesmo para ativos com elevado grau de especificidade, mas com baixa frequência de transações".

Dada a importância de focar atividades finalísticas, isto é, seu *core*, as organizações contemporâneas têm, cada vez mais, demandado ativos relacionados a custos de transação em outras organizações, ao invés de hierarquiza-los. Quando há necessidade de manter controles administrativos constantes, o modelo híbrido se apresenta como o recomendável. Por isso tem se verificado o avanço da hibridez. Vide o crescimento, por exemplo, da terceirização e das franquias. Sobre esta última, Ménard, Nunes e Silva (2014, p. 18) asseveram:

As partes envolvidas – franqueador (proprietário da marca e do sistema de negócio) e franqueado –, embora legalmente distintas, como identificado na forma pura de mercado, enlaçam-se contratualmente sob restrições bilaterais semelhantes às da firma, na exploração de ações cooperativas, compartilhando ativos tangíveis e/ou intangíveis, muitas vezes não realocáveis, portanto específicos à transação estabelecida.

O setor público, inclusive, vem descobrindo as vantagens da hibridiz. O governo do Estado da Bahia, por exemplo, adotou, obrigatoriamente, a impressão corporativa em substituição a hierarquia de tal serviço em todos os seus órgãos¹. Tal substituição reflete a mudança nas condições de produção e demanda de cada ativo. A dinâmica social e econômica pode alterar as bases de escolha. Como definem Ménard, Nunes e Silva (2014, p. 25), “uma estrutura de governança prevalece por causa de sua adequação para monitorar transações com atributos específicos. Se os atributos mudam, o todo inicial pode tornar-se desatualizado”. Uma possibilidade para o transporte de funcionários públicos federais do Brasil, como se investigará adiante.

3.2 Teorias sobre as sociedades contemporâneas

A partir da segunda metade do século XX a Teoria Social se debruçou sobre tendências, buscando antecipar como a sociedade pós-moderna se organizaria em fins do mesmo século. Esta questão culminou em relevante problema de pesquisa. A perda de importância relativa dos produtos industriais, que no passado haviam sobrepujado os agrícolas, definiu-se como marca à nova sociedade, por isso denominada de pós-industrial.

Sob tal égide, Bell (1973) conferiu à queda relativa das manufaturas no produto agregado, cedendo lugar aos serviços, como a principal característica da sociedade analisada. A tese de Castells (1999) elegeu o papel do conhecimento e da informação. Já Rifkin (2000) fundamentou-se no “acesso” em substituição à propriedade. A crescente relevância destes novos produtos e/ou formas de usufruto geraria mudanças substanciais responsáveis por conformar a nova sociedade.

As “características” mais relevantes indicadas pelo trio de autores têm uma intensa intersecção com a Ciência Econômica. Seria legítimo que tais estudos emergissem, também, no bojo da Economia. Mas o conservadorismo e sua “autonomia” em relação às outras Ciências Sociais, na forma imposta pela ortodoxia econômica, lhe confere um distanciamento delas. A obviedade econômica do tema em pauta leva a considerá-lo necessário à ciência inaugurada por Smith, mesmo no bojo da heterodoxia associada às Ciências Sociais.

3.2.1 Bell: o pós-industrialismo dos serviços

A teoria social de Bell tem como base analítica a sociedade industrial, sucessora daquela “militarizada na qual as figuras dominantes eram as dos padres, as dos guerreiros

¹ Vide Art. 8º do Decreto Nº 15.924 de 06 de fevereiro de 2015 do Governo do Estado da Bahia

e dos senhores feudais” (BELL, 1973, p. 63). Organizada “em torno do eixo da produção e da maquinaria, para a fabricação de bens [e dependente] da força bruta de trabalho e da extração das matérias-primas da natureza” (BELL, 1973, p. 11) a sociedade industrial era baseada na produção de bens transformados e tangíveis. Esta sociedade, governada por engenheiros e empresários, teve como *locus* a empresa industrial. Este caráter econômico racionalizava as ações em busca da maximização de resultados.

O “core” do pensamento de Bell é o surgimento, no ocidente, de um novo tipo de sociedade, resultante de mudanças econômicas estruturais. Parte da famosa classificação trissetorial da economia proposta por Clark, compartimentalizando a produção econômica nos setores: primário, compreendendo a produção agropecuária e do extrativismo vegetal; secundário, respondendo pela produção da indústria e do extrativismo mineral; terciário, responsável pela produção gerada no comércio e nos serviços.

O autor analisa comparativamente as sociedades pré-industrial, industrial e pós-industrial. O pós-industrialismo é uma evolução em diversos aspectos. No enredo delineado por Bell a sociedade parte de um “ataque feroz” à natureza sem qualquer preocupação com a sua sustentabilidade (pré-industrialismo), mesmo na nuance “fabricada” (industrialismo). É no pós-industrialismo quando estabelece a preocupação com a natureza: *Limits To Growth* e o Relatório *Brundtland*, marcas à ideia de sustentabilidade, são publicados, respectivamente, em 1972 e 1988.

Além de estruturar sua pesquisa na economia e na sociedade, o pós-industrialismo de Bell dá grande importância à ciência, condutora de respostas aos problemas, inclusive – e principalmente – econômicos e sociais. Diante deste contexto, a capacidade científica é considerada decisiva, sendo a fonte da força das nações, em substituição à capacidade industrial da sociedade de mesmo nome. No pós-industrialismo, Universidades e institutos de pesquisas tornam-se as instituições de referência substituindo o mercado de ações, os bancos de investimento, o Estado e as firmas da sociedade industrial.

O pós-industrialismo considera superada a dicotomia capital/trabalho, sendo, por isso, considerada como pós-capitalista. Trata-se de uma sociedade centrada no conhecimento teórico ao invés da propriedade privada.

Bell dimensiona a sociedade pós-industrial a partir de 5 elementos, a saber:

i) Pelo deslocamento da produção econômica para os serviços: Como demonstra o autor e os dados, a produção de serviços é cada vez mais crescente, superando a produção tangível;

ii) Pela proeminência da classe profissional e técnica: que vai corresponder à *intelligentsia*. O autor é bem claro ao conceituar a sociedade pós-industrial como de “empregados de escritório” composta por empregados no “...comércio, das finanças, da educação, da saúde e do governo” (p. 154), sendo o governo o maior de todos os empregadores na sociedade pós-industrial;

iii) A primazia do conhecimento teórico: valorizando mais o conhecimento *per se*

dando origem “...a novos relacionamentos sociais e a novas estruturas, as quais têm de ser politicamente dirigidas” (BELL, 1973, p. 32). Pode-se considerar como exemplo o sistema Linux: livre, disponível inclusive para mudanças e discutido em rede. Este é o princípio axial de Bell: “a centralidade do conhecimento teórico como fonte de inovação e de formulação política para a sociedade” (BELL, 1973, p. 28).

iv) O planejamento da tecnologia: a fim de expandir o capitalismo e os ganhos desta expansão, especialmente num cenário em que a expansão geográfica, outrora alcançada via imperialismo, não é mais possível nos moldes colonialistas.

v) O aparecimento de uma nova tecnologia intelectual: sem a qual a resolução dos “novos” (e mais complexos) problemas não seria possível. É neste sentido que surgem, por exemplo, as complexas planilhas estatísticas que viabilizarão a estimação de modelos mais elaborados.

A análise de Bell (1973) sobre a proeminência da produção de serviços nas sociedades pós-industriais é baseada especialmente na alocação de mão de obra. Segundo o mesmo nas sociedades pré-industriais “...a força de trabalho é absorvida sobretudo pelas atividades extrativas” (p. 146) e nas sociedades industriais há a predominância da máquina num “universo cronometrado e programado, no qual os componentes dos bens são agrupados no momento exato e nas proporções, de modo a facilitar o fluxo dos mesmos” (p. 147). A economia passa a moldar a própria vida social, levando à coisificação do ser humano. Nas sociedades pós-industriais os serviços são a base. O “jogo”, outrora contra a natureza (industrialismo), passa a ser entre pessoas, via informação.

A Figura 2 ilustra o deslocamento relativo do produto agregado para os serviços, ponto central do trabalho de Bell. Os dados indicam como o PIB vai se concentrando no setor terciário conforme o maior valor do produto agregado. Isto é, territórios mais ricos têm economias terciárias! Quanto mais pobre o território, maior a presença relativa da agropecuária².

² Evidentemente que uma análise mais criteriosa do assunto deve considerar o grau de complexidade dos serviços. Há desde serviços domésticos, com baixa complexidade, a serviços com complexidade bem maior, a exemplo de empresariais e de saúde.

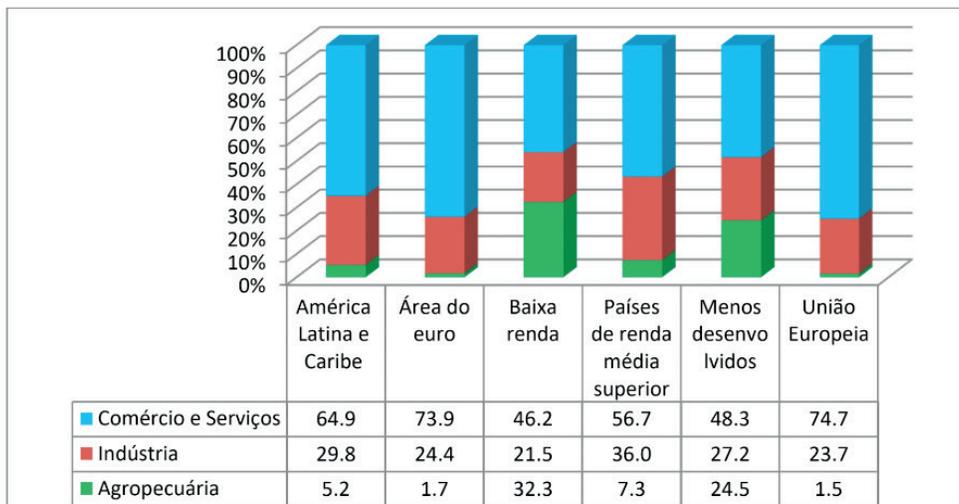


FIGURA 2 – Composição setorial do PIB em 2014: territórios selecionados

FONTE: Elaboração própria a partir de dados coletados em sei.ba.gov.br. Acesso em 04 ago.2019.

A elevação na renda leva a um deslocamento relativo na demanda por bens agropecuários para bens industriais, num primeiro momento, e, posteriormente, para serviços – a conhecida Lei de Engel.

A imaterialidade do pós-industrialismo de Bell ganha novo aspecto quando avança além dos serviços, entendendo o “conhecimento” como sua grande característica. Justifica-se pelas inovações resultantes de P&D e a relevância do conhecimento *per se* no produto agregado e nos empregos.

Esta assertiva traz certa inquietação ao próprio Bell quando ele reconhece sua dúvida sobre a nomenclatura da sociedade pós-industrial.

“Têm-me perguntado por que dei a este conceito especulativo o nome de sociedade “pós-industrial”, e não o de sociedade do conhecimento, ou sociedade da informação, ou sociedade profissional, denominações que, de certa forma, estariam em condições de descrever certos aspectos mais visíveis do que vem por aí” (BELL, 1973, p. 53)

A amplitude do termo “conhecimento”, muito além da educação formal, e as dificuldades de se mensurá-lo, o faz optar pela expressão pós-industrialismo por incluir o conhecimento. Esta ênfase no conhecimento explica a valorização dada por Bell às Universidades e Institutos de pesquisa, onde está a nova *intelligentsia*: “o truíf principal da sociedade pós-industrial é o seu pessoal com formação científica” (BELL, 1973, p. 250).

3.2.2 *Castells: a sociedade em rede*

Tecnologia e informação formam o binômio onipresente na teoria de Castells (1999) para quem a sociedade industrial é sucedida pela informacional. É a tecnologia de geração de conhecimentos, além do processamento da informação e da comunicação de símbolos, suas principais fontes de produtividade. Enquanto na sociedade agrária tal fonte eram os aumentos quantitativos da mão-de-obra e dos recursos naturais e na sociedade industrial as novas fontes de energia e a descentralização das mesmas.

Para empreender seu trabalho, Castells (1999) corrobora com Brooks e Bell ao citar este último para quem tecnologia corresponde ao “uso de conhecimentos científicos para especificar as vias de se fazerem as coisas de uma maneira reproduzível” (p. 67). A tecnologia da informação é composta pelo “conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação (*software* e *hardware*), telecomunicações/rádiodifusão, optoeletrônica [...] e a engenharia genética” (ibidem).

A partir dos anos 1970 tais tecnologias difundem-se, moldando um novo paradigma – vide o desenvolvimento da internet e a difusão da engenharia genética. Isso ocorre especialmente nos Estados Unidos onde o mercado conduziu tal processo em que “tecnologias agruparam-se em torno de redes de empresas, organizações e instituições para formar um novo paradigma sócio técnico” (CASTELLS, 1999, P. 107).

Castells (1999) entende o informacionalismo como decisivo para a expansão do capitalismo, como o industrialismo foi para a sua constituição na forma de modo de produção. Primordial, neste sentido, é a tecnologia que possibilita a integração mundial através de redes. Tal “revolução” tem como instrumento o conhecimento e a informação, mas não como um fim neles mesmos. Suas aplicações permitirão à sociedade expandir os limites de acumulação, processamento e transmissão de conhecimento, elevando, por consequência, a produtividade.

Este novo paradigma, da tecnologia da informação, tem como características:

- A informação como matéria prima, na medida em que a informação, além de agir sobre a tecnologia, sofre a ação da tecnologia;
- Penetrabilidade dos efeitos das novas tecnologias que moldam diretamente os processos de nossa existência individual e coletiva;
- A disseminação da lógica de redes em qualquer sistema ou conjunto de relações;
- Flexibilidade, no sentido de reversibilidade e alteração de processos, organizações e instituições;
- Convergência de tecnologias específicas para um sistema altamente integrado. (CASTELLS, 1999, P.108)

Tal paradigma é um sistema aberto. Ele interage com o meio externo de forma dinâmica, inclusive, alterando substancialmente o campo econômico. Uma nova economia emerge, informacional, global e em rede, como não poderia deixar de ser. A geração, processamento e aplicação de forma eficiente da informação baseada em conhecimento vão dar o caráter informacional. A escala global conecta em redes empresariais, completando o arcabouço.

Para Castells (1999) a década de 1990 marca o início da nova economia “com base na nova infraestrutura, propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação, e com a ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e da liberalização [isto é, as regras e as instituições] postas em prática pelos governos e pelas instituições internacionais” (CASTELLS, 1999, P. 142). Esta referência à liberalização, reforça a ideia de mercado a frente do processo. Ratificado quando o autor enumera os cinco fatos principais da interdependência global dos mercados financeiros: desregulamentação dos mercados financeiros e liberalização das transações internacionais; criação de infraestrutura tecnológica; natureza dos novos produtos financeiros; movimentos especulativos de fluxos financeiros; existência de firmas de avaliação (CASTELLS, 1999, P. 147).

É importante ressaltar o caráter assimétrico da economia global de Castells, exatamente por ser capitalista. Mesmo um “...capitalismo tecnológico, organizacional e institucionalmente distinto do capitalismo clássico (*laissez-faire*) e do capitalismo keynesiano” (199, p. 201). Seus benefícios – e porque não malefícios? – dependem de inúmeros fatores, principalmente das condições e do tempo de acesso à mesma. Além dos benefícios serem de graus diferentes entre os países, algumas nações não se inseriram na economia global.

3.2.3 Rifkin e a “era do acesso”

A teoria social de Rifkin (2000) já tem como ponto de partida o imaterialismo produtivo da sociedade contemporânea. Considera a economia baseada no conhecimento. Ponto fundamental em sua pesquisa é o acesso ao conhecimento – a “propriedade” em si não tem a relevância de outrora. A imaterialidade do pensamento de Rifkin está na estratégia de usufruto dos produtos, agora via acesso, levando o mercado a perder referências físicas, abrindo espaço às redes.

Em pleno ano 2000 o deslocamento relativo da produção de manufaturados para serviços básicos já havia sido realizado em economias ricas. Atualmente o comércio está produzindo outra mudança – dos serviços para a “experiência”. Enquanto a transação da propriedade era no *locus* do mercado, agora impera o “acesso” via rede.

Muito embora a propriedade continue existindo, é cada vez mais frequente o uso fruto decorrente da cessão temporária do produto. Desta forma não é preciso ser proprietário, ter a posse do ativo, para ter a necessidade satisfeita, pois o acesso é possível sem a posse.

A rede se configura ao estabelecer relações entre provedores e usuários. Um clássico exemplo do acesso é o uso de automóveis – exemplo clássico de Rifkin. A venda deste bem corriqueiramente é feita via financiamentos com prazos de vários meses. Ao fim do prazo final – e às vezes até antes – o “comprador” retorna à concessionária para financiar outro automóvel pagando como entrada o antigo. Durante o prazo de financiamento o automóvel fica alienado. Assim, “de direito” ele não é do “comprador”. Este paga parcelas mensais para usufruir o bem. Efetivamente se tem uma espécie de locação, renovada a cada “compra” financiada.

É claro, a decisão sobre posse ou acesso deve considerar a relação custo/benefício. Satisfeita essa condição, muitas empresas terceirizam atividades fora do seu “core”. Rifkin assume a terceirização como central da emergente economia de rede. Esta análise, aliás, remete à discussão sobre a melhor “Estrutura de Governança”, sendo a terceirização um tipo usual de estrutura híbrida.

Esta é a mudança paradigmática defendida por Rifkin, impactando em leis e instituições políticas então “...impregnadas pela relação de propriedade conectadas pelo mercado [...] sugerindo uma importante mudança na maneira que as gerações futuras perceberão a natureza humana” (RIFKIN, 2000, P. 5).³ Desta forma, a riqueza se desloca da posse de bens materiais, inclusive o capital, para conceitos, ideias e imagens – novos tipos de ativo específico.

O incremento do acesso na sociedade pós-industrial leva a certa perpetuação das relações comerciais, mudando um aspecto relevante entre demandantes e ofertantes. Na economia de mercado contemporânea a frequência das transações, em geral, é baixa. Isto é, há uma pequena repetição de transações entre o mesmo comprador e o mesmo vendedor. Sem vínculo posterior, um ambiente impessoal de trocas.

Na nova economia do acesso, a relação entre compradores e vendedores se mantém, como no caso do financiamento do automóvel, mesmo diante da impessoalidade. Nela, a repetição das transações perpetua a relação.

A mudança da posse para o acesso não se restringe à produção econômica. Tem origem na própria natureza do sistema capitalista, num movimento de longo prazo, promotor de um aumento relativo na produção cultural em detrimento da indústria tradicional. São exemplos o turismo, parques, a música e o cinema, dentre outros. Rifkin destaca a indústria cinematográfica americana – Hollywood é um protótipo de organização do novo capitalismo.

Elemento relevante no pensamento de Rifkin, o autor faz menção direta ao mundo virtual. Ele converge o ciberespaço ao capitalismo, dada a mediação eletrônica daquele. O acesso às experiências culturais num mundo virtual dá origem a um novo tipo de capitalismo – o *cibercapitalismo*. Enquanto na economia tradicional transacionam-se bens físicos e serviços, no cibercapitalismo transacionam-se informações, conhecimento, experiências e

³ Estas e as outras citações de Rifkin (2000) são de responsabilidade do autor deste artigo.

fantasias, via redes como⁴.

Outro destaque a ser dado, retomando a assimetria característica do capitalismo, é a diferente inserção no ciberespaço da população de países ricos e de países pobre, onde as necessidades básicas ainda não são atendidas. Fato reconhecido por Rifkin.

A produção cultural ganha importância econômica em Rifkin. Para o autor “um dos elementos que definem a era que se avizinha é a batalha entre as esferas cultural e comercial pelo controle do acesso e o conteúdo das atividades recreativas” (RIFKIN, 2000, p. 5). Ele chega a vislumbrar a proeminência comercial da produção cultural como uma fase final do modo de vista capitalista.

É claro, Rifkin não defende o fim da propriedade, mas a conversão cada vez maior de compradores e vendedores para usuários e provedores. Sua aposta reside na ideia de que o comércio acabará por converter todos os tipos de relações em econômicas. O autor cita exemplos que marcadamente ganharam um caráter pecuniário, como: o tempo dos outros, afeto e cuidados, simpatia e atenção. Neste sentido, ele é taxativo: “a era do acesso se define, principalmente, pela mercantilização crescente de qualquer experiência humana” (RIFKIN, 2000, P. 63). Uma verdadeira sobreposição do econômico sobre outras esferas.

4 | O TÁXIGOV E SUAS RELAÇÕES COM AS TEORIAS APRESENTADAS

O “TáxiGov”, sistema de transporte de servidores públicos federais brasileiros em exercício funcional, inicialmente, por meio de agenciamento de táxis, é uma inovação para atenuar a ineficiência do Estado brasileiro.

Veio substituir o modelo “tradicional” de posse. Marcolino, et al., (2017, p. 6) analisam tal modelo no âmbito público, indicando a existência de

“...órgãos que compram veículos para prover essa atividade, arcando com custos de aquisição, manutenção, seguro e abastecimento, [enquanto] há outros que contratam serviço de locação de veículos com franquia mínima de utilização mensal, sem franquia”.

Os mesmos autores indicam os custos/Km das opções de deslocamento para servidores públicos federais brasileiros no Distrito Federal: Veículos próprios R\$ 4,89; Veículos locados R\$ 4,52; e Serviços de táxi R\$ 3,88 (IBIDEM).

O TáxiGov corresponde a um “serviço” em que o governo federal “acessa” um veículo, ao invés de realizar o deslocamento com um veículo de sua propriedade ou alugado. Em sua fase inicial, foram contratados serviços de taxistas. O MPDG, por meio da Central de Compras (Secretaria de Gestão), contratou os fornecedores, tornando-se o provedor do serviço aos demais órgãos. As corridas eram solicitadas via aplicativo *mobile* e web, além de uma Central de Atendimento por telefone.

Com o TáxiGov houve uma redução de custos de transação, relacionados, por

⁴ O estabelecimento do cibercapitalismo como padrão é polêmico. No mínimo prematuro. Por não ser objeto de estudo esta pesquisa, não se delongará sobre o debate.

exemplo, a gestão de contratos e pagamentos. Segundo o site do Ministério da Economia, que absorveu o MPDG em 2019, a redução nas despesas foi da ordem de 63% em relação ao modelo anterior, quando imperava a posse (<http://www.economia.gov.br/assuntos/gestao/taxigov>).

Uma consulta a Marcolino, et al. (2017, p. 8) indica elementos concretos geradores de tal economia. Relatando deficiências do antigo *serviço de transporte de servidores dos órgãos integrantes do* [Sistema Integrado de Serviços Gerais] SISG, os referidos autores destacam, dentre outros: predomínio de frota própria (72%); idade média da frota de 10,5 anos em 2015; “67% das Unidades não informaram nos Relatórios de Gestão 2015 o tipo de controle realizado no serviço de transporte ou o fazem por meio de planilhas eletrônicas e formulários”.

Segundo o site do Ministério da Economia, desde a implantação do TáxiGov em fevereiro/2017 até março/2019 vinte e nove órgãos aderiram ao sistema e 2,5 mi de Km foram percorridos em mais de 325 mil corridas (<http://www.economia.gov.br/assuntos/gestao/taxigov>).

O TáxiGov, vê-se, implica na substituição da Estrutura de Governança hierárquica (deslocamento com o carro do governo) pela hibridez, na medida em que o servidor “acessa” o táxi disponível.

A hibridez permite ao governo federal remunerar “o serviço” de deslocamento, sem responsabilizar-se por outras obrigações típicas da hierarquização do ativo. Assim o governo não incorre em despesas durante a ociosidade do veículo e do motorista, por exemplo. O serviço também permite reduzir a estrutura inerente a veículos (relacionada a manutenção, por exemplo), dentre outros.

No que tange o pós-industrialismo, claramente o TáxiGov contempla as três teorias sobre a sociedade pós-industrial: a) trata-se de um “serviço” prestado pelo setor privado – ratificando Bell (1973); b) demanda-se o serviço a partir de uma rede de prestadores, baseado num fluxo de informações em redes, via aplicativos – ratificando Castells (1999); e c) o governo substitui a posse de veículos pelo acesso – na forma defendida por Rifkin (2000).

Importante destacar, desde abril/2019 a Uber do Brasil passou a atender o programa, numa fase denominada por TáxiGov 2.1.

5 | CONCLUSÕES

Os pensamentos pós-industriais dos três autores aqui analisados convergem. Um ponto comum é a imaterialidade – nos serviços de Bell (1973), no foco na informação de Castells (1999) ou no acesso de Rifkin (2000). Diante da ordem temporal em que os trabalhos foram publicados, há, até, certo refinamento. Apostam na redução relativa da demanda por bens industriais a partir do aumento na demanda por serviços, para Bell

(1973), da demanda por informação, para Castells (1999), e da experiência do acesso (sociedade do acesso), para Rifkin (2000).

Além do deslocamento relativo do produto agregado para o setor de serviços, o progresso econômico legou o recrudescimento da estrutura de governança híbrida, como estratégia de priorizar o core como foco de atenção das organizações.

Com o TáxiGov o Estado brasileiro dá exemplo de prática inovadora convergente ao pós industrialismo e a estrutura de governança híbrida, com enormes ganhos. Converge para o debate exposto na teoria das Estruturas de Governança de Williamson e tem sinergia com as teorias sociais apresentadas, na medida em que se configura um “serviço” ofertado em “rede”, substituindo a posse pelo “acesso”, contemplando, concomitantemente, as teorias de Bell (1973), Castells (1999) e Rifkin (2000).

REFERÊNCIAS

BAHIA. **Decreto Nº 15.924 de 06 de fevereiro de 2015.** Dispõe sobre a execução orçamentária dos órgãos, dos fundos e das entidades integrantes da Administração Pública do Poder Executivo Estadual. Disponível em: <https://comprasnet.ba.gov.br/sites/default/files/decreto_no_15.924_de_06_de_fevereiro_de_2015.pdf>. Acesso em 07 ago. 2019

BELL, D. **O advento da sociedade pós-industrial.** Uma tentativa de previsão social. São Paulo: Cultrix, 1973.

BERNARDES, M. E. B.; FERREIRA, V. A.; GREGO, T. A. C. **Modernização da gestão pública: de cima para baixo e de baixo para cima. Pluralidades nos movimentos de mudança o caso da prefeitura municipal de Belo Horizonte.** In: X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017, Brasília. X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017

BRASIL. **Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019.** Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de 2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13844.htm>. Acesso em 03 ago. 2019

CASTELLS, M. **A sociedade em rede;** Trad. Roneide Venâncio. – (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.1) São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COASE, R. **The nature of the firm.** *Economica* 4 (n.s.) 386 (1937).

FIANI, R. **Cooperação e conflito.** Instituições e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

GAETANI, F. **Prólogo.** In: FARIAS, Pedro (editor). GOVERNOS QUE SERVEM. Inovações que estão melhorando a prestação de serviços aos cidadãos. Monografia do BID, 2016

KON, A. **Economia Industrial: teoria e estratégias**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017.

LARA, R. D; RODRIGUES, Izabela França; e GOSLING, Marlusa. **Mobile government: uma análise dos aplicativos estaduais como uma nova forma para melhorar o relacionamento entre os cidadãos e os governos**. In: X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017, Brasília. X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017

MANAF, M. A.; SILVA, Juvencio Borges. A burocracia do estado brasileiro como obstáculo à concreção dos direitos sociais: uma avaliação da organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP) e da organização social (OS). **REPATS - Revista de Estudos e Pesquisas Avançadas do Terceiro Setor**. REPATS, Brasília, v. 4, n. 1, p. 170-197, Jan-Jun, 2017

MARCOLINO, D. et al. **Táxigov: inovação no serviço de mobilidade de servidores como modelo de centro de serviços compartilhados no governo federal**. In: X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017, Brasília. X Congresso Consad de Gestão Pública, 2017

MÉNARD, C.; NUNES, R.; SILVA, VIVIAN L.. Introdução à teoria das organizações. In.: MÉNARD, Claude [et al.] **Economia das organizações: formas plurais e desafios**. São Paulo: Atlas, 2014

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Organograma do Ministério da Economia**. Disponível em < http://www.economia.gov.br/imagens/organograma_ministerio-da-economia.pdf>. Acesso em 03 ago. 2019

RIFKIN, J. **La era del acceso: la revolución de la nueva economía**. Barcelona: Paidós, 2000

ROCHA NETO, L. H. da. A formação do estado brasileiro: patrimonialismo, burocracia e corrupção. **Revista do Mestrado em Direito da Universidade Católica de Brasília**. V. 2, n. 1 (2008). Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2008

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 9, 181, 182, 183, 184, 186, 187, 363
Adriano Hypólito 188, 189, 190, 192, 193, 194
Agenda 187, 206, 355
Agricultura familiar 320, 330, 336, 337, 339, 341, 342
Agronegócio 269, 270, 313
Alfabetização Financeira 6, 28, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 46
Alimentação Saudável 107
Amputação 228, 229, 233, 234, 235, 236
Arquivo Pessoal 355, 356, 362
Arte Sacra 212, 225
Ato Infracional 181, 182, 184, 186

B

Bibliotecas Universitárias 6, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 73, 76, 77, 78, 79

C

Café 9, 112, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 277, 283, 284, 285, 286, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 327, 328, 329
Catolicismo 188, 191
Certificações 313, 315, 316
Cobertura Vegetal 5, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 293, 294, 295, 296, 297, 298, 302, 303
Comércio Justo 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 324, 325, 326, 327, 328
Complexidade 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 61, 62, 63, 69, 129, 177, 252, 330
Comunicação 27, 70, 170, 171, 173, 177, 180, 187, 238, 253
Conflitos de gerações 330
Consumidores 81, 82, 83, 84, 88, 89, 90, 91, 93, 98, 107, 110, 111, 113, 197, 200, 238, 239, 241, 244, 257, 258, 267, 268, 353
Contexto Rural 330, 332
Controle social 1, 2, 71
Cultura Política 8, 2, 5, 196, 197, 198, 199, 204, 205, 206, 207, 208
Custos 78, 100, 116, 118, 121, 124, 125, 126, 134, 273, 284, 286, 311, 343, 344, 345, 347, 352, 353, 354
Custos de transação 100, 121, 124, 125, 126, 134

D

Deficientes 228, 229, 231, 235, 236

Degradação Ambiental 287, 290

E

Egodocumento 10, 355

Ensino em contabilidade 6, 12, 15, 26

Ensino Médio 6, 20, 21, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 42, 43, 45, 46

Estado 7, 2, 11, 15, 27, 37, 40, 84, 92, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 114, 121, 122, 123, 124, 127, 128, 134, 136, 137, 139, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 168, 169, 172, 181, 182, 186, 191, 193, 194, 198, 200, 208, 230, 233, 270, 271, 272, 279, 280, 285, 291, 293, 298, 300, 324, 348, 356

F

Fluência 48, 50, 51, 52, 53, 54, 57, 59, 60, 63

Fragilidade Física Ambiental 299, 301

Fronteira 7, 94, 95, 96, 97, 99, 101, 103, 104, 105, 106, 151, 197, 210

G

Gases Efeito Estufa 8, 269, 270

Geoprocessamento 294, 299

Gestão da conservação 287, 289, 296

Gestão Estratégica 6, 66, 67, 68, 71, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79

Governança Corporativa 5, 7, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 162, 163, 166, 167, 168, 169

I

Iconografia Cristã 212

Ideologia 103, 138, 139, 140, 141, 146, 147, 153, 180, 191

Instituições 7, 3, 14, 15, 18, 20, 23, 50, 67, 69, 70, 73, 76, 77, 80, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 106, 128, 131, 132, 133, 136, 143, 147, 158, 167, 174, 176, 184, 185, 192, 201, 205, 207, 231, 239, 243, 273, 315, 340

Interações 8, 141, 177, 183, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 339

Invisibilidade social 330

L

Língua Portuguesa 14, 48, 49, 50, 54, 57, 59, 62, 63, 64

M

Marketing 8, 46, 81, 83, 88, 107, 108, 110, 113, 118, 119, 120, 202, 240, 253, 255, 256, 257, 258, 259, 267, 268, 314, 328

Marketing Digital 8, 255, 256, 257, 258, 267, 268

Marxismo 138, 154, 188, 194

Mercado 5, 7, 12, 21, 25, 28, 30, 31, 37, 73, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 90, 94, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 114, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 142, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 167, 168, 169, 183, 186, 202, 210, 228, 229, 231, 239, 254, 257, 258, 268, 278, 313, 314, 315, 316, 323, 324, 325, 326, 329, 344, 347

Mercado de capitais 156, 158, 159, 168

Metodologia Qualitativa 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6

Metodologia Quantitativa 1, 3, 4, 5, 6, 7

Metodologias de ensino 6, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 22, 24, 25, 26

Mídia 5, 70, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 183, 185, 186, 203, 212, 239, 241, 243, 251, 253

Mídias Digitais 180, 238, 243, 255, 259

P

Paisagem Patrimonial 287, 290

Parque Nacional 9, 299, 300, 301, 304, 307, 311

Patrimônio Cultural 5, 287, 288, 291, 293, 296, 297, 298, 337, 338

Pensamento Secular 196, 210

Percepção discente 12, 13, 14, 17, 19, 22, 25

Planejamento 9, 6, 32, 33, 36, 46, 49, 50, 52, 66, 73, 74, 75, 79, 83, 92, 114, 117, 119, 123, 129, 255, 257, 267, 291, 296, 299, 301, 311, 312, 317, 341, 343, 344, 345, 346, 347, 348, 352, 353, 354

Planejamento Estratégico 66, 74, 75, 79, 255, 257, 267

Plano de negócios 109, 114, 117, 118

Plano Orçamentário 343, 344, 349, 353

poder 2, 4, 6, 35, 49, 71, 80, 94, 101, 142, 151, 152, 171, 174, 183, 189, 190, 194, 201, 202, 206, 210, 222, 225, 255, 256, 289, 325, 330, 331, 333, 334, 337, 340, 345, 346, 360

Poder 5, 136, 330

Produção de coffea canephora 8, 269

Produtos de giro rápido 6, 81, 82, 83, 89, 91

Q

Quentinhas Saudáveis 107, 108, 109

R

Redes Sociais 8, 82, 101, 238, 239, 240, 244, 250, 252, 254, 255, 256, 260, 261, 262, 263, 266, 267

Relação Econômica 7, 138, 142, 144, 148

Relação Jurídica 7, 138, 142, 144, 147, 148, 152

Religiões Populares 8, 196, 197, 208, 209

Rentabilidade 7, 116, 155, 156, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 169, 314, 326, 339

Repetição de tarefas 52, 63

Responsabilidade Social 66, 72, 78, 79, 287, 293, 297

S

Santíssima Trindade 8, 212, 215, 216, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226

Sistemas de crença 196, 197, 198, 205, 206, 209

Sociedade pós-industrial 121, 128, 130, 133, 135, 136

T

TáxiGov 7, 121, 134, 137

Técnicas de pesquisa 1, 3, 4

Touch 228, 229, 230, 234, 235, 236

V

Variáveis de controle 28, 38, 39, 40, 41, 42, 43

Vendas 6, 81, 82, 83, 84, 89, 92, 93, 117, 159, 161, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 267, 268, 344, 345

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Desafios metodológicos e resultados empíricos



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2021